

ÍNDICE

Nota prévia	xix
Abreviaturas	xxiii
Introdução	xxvii
I. <i>O tema e a sua relevância</i>	xxvii
II. <i>Método e sequência</i>	xxxii
Capítulo I	
A análise jurídica do crime: as funções de controlo e mediação do «sistema invisível»	1
§ 1. Razão de ordem.	1
§ 2. A teoria do crime e o controlo das decisões judiciais	3
I. Subsunção e análise na aplicação judicial da lei penal	3
II. Estado de Direito, individualização da responsabilidade e controlo das decisões judiciais	12
III. Conceito legal e conceito sistemático de crime	24
IV. O «sistema invisível» e o controlo do processo de formação da decisão	31
§ 3. A teoria do crime e o alcance das decisões legislativas	33
I. Lei penal e sistema de análise do crime	33
II. Classificação sistemática e reconstrução doutrinária do Direito legislado	38
III. Controlo formal e informal das decisões legislativas	43
§ 4. A interpretação da lei e as estruturas de imputação da responsabilidade	48
I. Subsunção e valoração	48
II. Regras legais e regras de imputação	51
§ 5. Conclusões	56

Capítulo II**Imputação e renúncia à pena:**

Elementos para uma genealogia dos critérios de não punibilidade	59
§ 6. Razão de ordem	59
§ 7. Imputação das acções e critérios de renúncia à pena no período do direito comum	64
I. O legado romano-canónico e o conceito geral de crime dos humanistas do século XVI	64
II. Culpa precedente e a renúncia à pena na neo-escolástica peninsular	88
III. A teoria da imputação e a utilidade da pena no juracionalismo pré-iluminista	107
IV. Culpa, lei e pena na doutrina portuguesa no período do direito comum	144
V. A transição para o Iluminismo: a «Parte Geral» do Livro V das Ordenações de João Tomás de Negreiros	170
§ 8. Imputação e utilidade da pena nos modelos teóricos do Iluminismo	176
I. A ruptura político-criminal do Iluminismo e as estruturas dogmáticas subjacentes	176
II. O conceito geral de crime e as defesas processuais (Blackstone e Jousse)	198
III. Imputação da acção e finalidades das penas (Filangieri, Romagnosi e Lardizabal)	202
IV. Aritmética moral e utilidade da pena em Bentham	212
V. Aplicação da lei e imputação judicial em Feuerbach	215
VI. Facto, lei e imputação nos iluministas portugueses	224
VII. A centralidade da lei e o conteúdo do conceito de crime	238
§ 9. Imputação, vinculação à lei e punibilidade nos modelos oitocentistas	241
I. A estrutura fechada sobre a imputação do modelo bipartido italiano	241
II. A estrutura abrangente do modelo francês: facto, vontade e «excuses absolutoires»	256
III. Continuidade e alternativas na análise jurídica do crime na doutrina portuguesa	270
IV. A estrutura ordenada na doutrina alemã: acção, ilicitude e punibilidade	288
§ 10. Conclusões	306

Capítulo III

O modelo sistemático de análise do crime: matrizes históricas de autonomia e diluição da categoria da punibilidade	323
§ 11. Razão de ordem	323
§ 12. A pirâmide de conceitos e a autonomia sistemática da ameaça penal	326
I. Positivismo e análise jurídica do crime	326
II. Crime e punibilidade em Liszt, Radbruch e Beling	330
III. Um equívoco histórico: o alegado sistema tripartido de Liszt e Beling	345
§ 13. O normativismo neo-kantiano e a diluição sistemática dos elementos da punibilidade	350
I. Valores e fins na metodologia neo-kantiana	350
II. Normativização e simplificação: o esvaziamento da ameaça penal	352
III. <i>Excuso: rupturas e transições</i>	365
§ 14. Categorias essenciais e elementos secundários no modelo finalista	369
I. Objecto, método e sistema para o finalismo	369
II. Os pressupostos da punibilidade nos sistemas de Welzel e Maurach	371
III. O fundamento da punição e a necessidade de pena	376
§ 15. Funcionalismo, estruturas de imputação e sistema aberto	380
I. A natureza das categorias da teoria do crime e o estatuto da punibilidade	380
II. Teoria das normas, imputação e valoração	384
III. Finalidades político-criminais, estruturas de imputação e funcionalismo	392
IV. Unidade, sistema aberto e análise do todo	401
§ 16. Conclusões	407

Capítulo IV

Crime e punibilidade na construção dogmática em Portugal	417
§ 17. Razão de ordem	417
§ 18. A ruptura com o positivismo sociológico e criminológico e a recepção faseada do sistema do facto punível	420
I. A superação do positivismo por Abel de Andrade	420
II. Transição e esboço do sistema em Beleza dos Santos	426
III. O sistema de Cavaleiro de Ferreira	438
IV. Justificação, desculpa e não punibilidade	442

§ 19. A corrente neo-tomista da Escola de Lisboa	444
I. O ensino de Marcello Caetano	444
II. Unidade e análise do crime em Cavaleiro de Ferreira	448
III. Ilícito pessoal, crime e responsabilidade em Gomes da Silva	453
IV. A teoria da acção final e as influências tomistas em Oliveira Ascensão	464
V. A punibilidade nos modelos neo-tomistas	469
§ 20. A corrente neo-kantiana da Escola de Coimbra.	470
I. A evolução do sistema de análise do crime em Beleza dos Santos	470
II. O modelo neo-kantiano de Eduardo Correia	473
III. Reacções críticas ao normativismo neo-kantiano	476
§ 21. O conceito de ilícito pessoal e o estatuto da punibilidade	479
I. Enquadramento	479
II. Tipo de ilícito e tipo de culpa no sistema de Figueiredo Dias	479
III. Subsunção e análise no sistema de Sousa e Brito	482
IV. As figuras da punibilidade na doutrina portuguesa contemporânea	485
§ 22. Conclusões	496
Capítulo V	
Ensaio de delimitação sistemática	
dos pressupostos autónomos da punibilidade	501
§ 23. Razão de ordem	501
§ 24. Conceito e função das condições objectivas de punibilidade	506
I. Origem e modalidades de condições objectivas de punibilidade	506
II. Elementos do facto e condições objectivas de punibilidade	522
III. Função das condições objectivas de punibilidade	549
§ 25. Modalidades e fundamentos das causas de não punibilidade	552
I. Matrizes históricas e modalidades de causas de não punibilidade	552
II. Conteúdo e autonomia das causas de não punibilidade	568
III. Função das causas de não punibilidade	576
§ 26. Tipos de ilícito e condições objectivas de punibilidade	578
I. Sequência de análise	578
II. Cláusulas de morte, ofensas grave e suicídio	580
III. Situações económicas e sócio-familiares supervenientes	628
IV. O facto ilícito típico cometido em estado de embriaguez ou intoxicação	644
V. Decisões de entidades públicas e Estados estrangeiros	672
VI. Elementos quantitativos dos tipos incriminadores	701

VII. Cláusulas de habitualidade, modo de vida e surpresa em flagrante delito	707
VIII. Cláusulas de vigência espacial da lei penal	711
§ 27. Cláusulas de desistência e condutas reparadoras	714
I. Desistência, reversão da agressão e legitimidade da pena estatal	714
II. Comportamento reparador posterior ao facto	726
§ 28. Ponderação de interesses, responsabilidade e processo	731
I. Protecção de cargos, funções e relações pessoais.	731
II. As cláusulas de não punibilidade do aborto	753
III. Extinção da responsabilidade e obstáculos processuais	766
§ 29. Conclusões	755

Capítulo VI**O problema da autonomização
da categoria da punibilidade na teoria do crime** 797

§ 30. Razão de ordem	797
§ 31. A dissolução sistemática dos pressupostos autónomos da punibilidade	800
I. A metodologia neo-kantiana e a diluição das condições da ameaça penal	800
II. Absorção pelo sistema tripartido: a extensão da tipicidade, a concepção político-criminal do ilícito penal e a reformulação da culpabilidade	806
III. Facto e responsabilidade: a recondução à teoria da pena	836
IV. O círculo exterior ao facto: a integração nos pressupostos processuais	846
§ 32. Elementos essenciais e circunstâncias acidentais do crime	856
§ 33. Autonomia da categoria da punibilidade nos sistemas de análise do crime	863
I. Os limites do sistema tripartido e autonomia da punibilidade	863
II. Punibilidade, teoria das normas e interesse estadual na aplicação da pena	867
III. Interesses extra-penais legitimadores da renúncia à punição	870
IV. Subsidiariedade e limitações à punibilidade: da ponderação de custos e benefícios à correcção assistemática do excesso punitivo	882
V. Reconstruir o sistema: punibilidade e legitimidade constitucional do poder punitivo	890
VI. Critérios de política criminal, utilidade e oportunidade da pena	893

VII. Merecimento penal, necessidade de pena e autonomia da punibilidade	897
§ 34. Conclusões	919
Capítulo VII	
Estrutura da teoria do crime	
e autonomia da categoria da punibilidade	935
§ 35. Razão de ordem	935
§ 36. Estruturas, elementos e funções da dogmática penal	938
I. A construção dogmática e a lei penal	938
II. Análise, contraditório e processo	946
III. Dever, norma, valor	950
IV. Imputação e valoração	957
V. Valoração e punibilidade	969
§ 37. A categoria da punibilidade no sistema de análise do crime	972
I. A pretensão de vigência do tipo legal	972
II. Tipo de ilícito, tipo de culpa e tipo de punibilidade	983
III. Tipo de punibilidade e legitimidade da ameaça penal	999
IV. O tipo de punibilidade e o conteúdo da proporcionalidade	1010
§ 38. Autonomia dogmática da categoria da punibilidade	1018
I. Diferenciação e autonomia dos elementos do tipo de punibilidade	1018
II. Pressupostos materiais e processuais: integração com diferenciação	1020
III. Ilícito e punibilidade: norma de comportamento, capacidade de domínio e princípio da culpa	1034
IV. Ilícito culposo, não punibilidade e dispensa de pena	1057
V. Âmbito material da categoria da punibilidade	1069
§ 39. Conclusões	1080
Capítulo VIII	
Estatuto substantivo e processual do tipo de punibilidade	1091
§ 40. Razão de ordem	1091
§ 41. O efeito obstrutor do tipo de punibilidade e o exercício da acção penal	1094
I. Âmbito do efeito obstrutor do tipo de punibilidade	1094
II. O problema da tentativa em crimes com condições objectivas de punibilidade	1096
III. A punição dos participantes e os elementos do tipo de punibilidade	1107

IV. O efeito obstrutor do tipo de punibilidade e as medidas de segurança	1114
V. Dimensões processuais do efeito obstrutor do tipo de punibilidade	1123
VI. Delimitação da litispêndênciia, caso julgado e <i>ne bis in idem</i>	1134
§ 42. Autonomia do tipo de punibilidade relativamente ao facto ilícito:	
consequências dogmáticas	1140
I. A dogmática da imputação e as consequências do tipo de punibilidade	1140
II. A conexão entre o tipo de ilícito e o tipo de punibilidade	1142
III. Irrelevância na equiparação da omissão à acção	1152
IV. Imputação subjectiva e erro sobre a punibilidade	1156
V. Imunidade à justificação	1192
VI. Efeito consumptivo e negação do concurso	1197
§ 43. Tipo de punibilidade e garantias penais	1199
I. Os elementos do tipo de punibilidade e o sistema de garantias	1199
II. Vinculação à lei e analogia nas causas de não punibilidade	1209
III. Âmbito de vigência da lei penal, sucessão de leis e prescrição	1219
IV. Regras de prova e « <i>in dubio pro reo</i> » no âmbito do tipo de punibilidade	1240
§ 44. Conclusões	1247
Teses	1265
Resumo, <i>Abstract, Zusammenfassung</i>	1271
Bibliografia	1279
Índice	1327
	1333

